

EDITORIAL

Nasce uma Revista; inaugura-se mais um canal de estudos e debates sobre todas as questões da educação superior, especialmente a brasileira. Pelas vias abertas da avaliação, os professores, pesquisadores, estudantes, servidores, enfim, todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos com a problemática das instituições educacionais superiores têm, agora, onde tornar públicos os seus trabalhos e as suas questões, pertinentes a esse âmbito. O feixe de temas a que se dedicará a Revista está sugerido no próprio título **AVALIAÇÃO**, seguido de duas precisões importantes: trata-se de avaliação **institucional** e está voltada para as **Instituições de Educação Superior**.

O qualificativo **institucional** nos alerta que se trata de um tipo determinado de avaliação, de curtíssima história no Brasil e não muito longa no mundo. Neste e nos próximos números, a comunidade acadêmica e científica tentará compreender e explicar os princípios e as metodologias dessa avaliação, as razões de sua emergência e de sua expansão nacional nos tempos atuais, o fato de que primeiro se implantou na universidade e não em outro tipo ou nível de escola ou mesmo em outra instituição diferente, as dificuldades específicas de realização, os avanços em situações e lugares concretos, os benefícios dessa ação coletiva para o sistema educacional e por que a avaliação institucional das IES é um campo de ferrenha disputa.

O adjetivo **institucional** já nos adverte que não se trata, ao menos centralmente, de outros tipos de avaliação de larga fortuna nos âmbitos escolares. Embora a avaliação, tal como a conhecemos ao longo da escolaridade formal, deva seu nascimento a necessidades do mundo econômico, que, no fundo, representam os interesses de seleção e organização de hierarquias sociais, ela acabou logo se transformando, por competência outorgada, em patrimônio escolar. Não há outra instituição hoje tão compulsivamente voltada para a avaliação que a escola.

A avaliação institucional difere dos tipos e formas tradicionais de avaliação, por exemplo, de rendimentos, de aprendizagem, de ensino, que se formalizam como exames, provas, testes, concursos, não só no cotidiano da escola como nas modalidades de exames gerais ou nacionais (Vestibulares, "Provão"...). Porém, esses tipos de avaliação não se nos apresentam totalmente alheios e sem interesse. Nessa grande área, há termos comuns (indicadores, abordagem quantitativa e qualitativa, orientação formativa e somativa etc.) que requerem, contudo, um trabalho de elucidação semântica. Ao falar de avaliação, também temos que falar das avaliações, não só para re-

gistrar semelhanças e diferenças, mas, sobretudo, para marcar os seus usos e implicações políticas.

Institucional se refere, ao sujeito, ao objeto e à relação entre um e outro, ou seja, ao modo como o processo se realiza. Dizemos que o sujeito é institucional no sentido de que são os agentes da própria instituição e da comunidade científica, social e institucionalmente constituídos e, então, legitimados, que realizam o processo. O objeto de avaliação é a instituição, a plenitude de suas estruturas e relações internas e externas. Os sujeitos da avaliação constroem um projeto ou desenho e produzem praticamente um processo segundo os critérios, objetivos e procedimentos públicos da comunidade, isto é, à maneira institucional e com os dispositivos da instituição.

Há nisso uma questão de princípio: a afirmação da titularidade. A avaliação institucional é competência da comunidade científica que, em processos internos e externos a cada instituição, a consolidam como um capital cultural e pedagógico permanente, que passa a fazer parte ativa das estruturas científicas e educativas. A Revista **AVALIAÇÃO** pretende consolidar esse princípio da titularidade da avaliação institucional, indicando, ao mesmo tempo, que a comunidade da educação superior brasileira assume essa responsabilidade de realizar os processos avaliativos de acordo com as suas concepções e convicções próprias. Como não são homogêneas essas concepções e convicções, a Revista estará prestando um extraordinário serviço, ao instaurar o debate público e trazer à tona as divergências e discussões, ao mesmo tempo que buscará a construção de consensos, ainda que relativos, em torno de questões essenciais.

Há, também, a questão da definição de abrangência: a avaliação institucional busca projetar uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões, estruturas ou relações que constituem a totalidade. Daí a necessidade de a avaliação instituir-se como processo público, cujos agentes são atores sociais assim constituídos e reconhecidos, capazes de estabelecer as redes de compreensão, através da combinação de múltiplos indicadores e abordagens que facilitem a integração das distintas significações dessa realidade plural e complexa. Em suas diversas matérias neste número e ao longo dos próximos, a Revista estará contribuindo para a consolidação da avaliação institucional não só como área de estudos e campo teórico, mas, também e sobretudo, como prática arraigada permanentemente nas instituições educativas.

Esta Revista cumpre inegavelmente uma função pública, não só porque reforça os procedimentos sociais da instituição e o caráter público do ensino, do saber, da

pesquisa e da formação, como torna públicos e transparentes os processos e resultados dessas instituições, a quem a sociedade atribui formalmente as funções da formação de cidadãos ativos e profissionais competentes e, correlativamente, as tarefas sistemáticas do desenvolvimento epistemológico.

A Revista **AVALIAÇÃO** é uma exigência dos crescentes interesses, muitos deles contraditórios e de grande implicação política, relativamente à avaliação institucional. Nos últimos anos, à medida que decrescem os investimentos do Estado em políticas sociais, notadamente na educação, as universidades sentem grande pressão de origem exógena pela avaliação. A demanda externa se soma à idéia geralmente aceita no interior das universidades de que a avaliação é necessária, seja enquanto mecanismo de defesa e fortalecimento das instituições públicas ante permanentes ameaças, seja porque se reconhece o valor do princípio ético da transparência diante da sociedade, ou, ainda, pela convicção de que ela é um poderoso instrumento de transformação qualitativa da realidade avaliada. De algum modo, esse debate faz parte da história de sobrevivência da educação superior no contexto das relações nem sempre harmoniosas entre a sociedade e o Estado.

Na década de 90, acompanhando um fenômeno já implantado nos Estados Unidos e na Europa, as universidades brasileiras começam a praticar a avaliação institucional e a desenvolver a teoria sobre essa prática, com características específicas, esforçando-se por construir um padrão avaliativo mais adequado à nossa realidade. Além das discussões no interior das IES, nas reuniões e seminários da Andifes, da Abruem, e demais associações ligadas ao Crub, nos fóruns de Pró-Reitores e na Sesu, algumas universidades se dedicaram à realização de processos de avaliação institucional com razoável grau de aceitação e de consistência, servindo de emulação e inspiração para as demais. Uma iniciativa fundamental para cimentar as experiências e práticas em andamento e catalisar uma produção teórica antes inexistente nessa área, no país, foi a criação pelo MEC, em julho de 1993, da Comissão Nacional de Avaliação e de seu Comitê Assessor, ambos constituídos por representantes da comunidade científica, que implementaram o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Este Programa continua vigindo, contando hoje com um coordenador (atualmente o Prof. Dr. Cid Gesteira), indicado pela Sesu, e um vice-coordenador (atualmente o Prof. Dr. José Dias Sobrinho), escolhido dentre os representantes das universidades. Esta Revista é mais uma iniciativa para consolidar e enriquecer esse programa nacional, que hoje já se apresenta como uma das mais férteis e promissoras iniciativas articuladas entre o MEC e as instituições que reúnem a comunidade científica e acadêmica do país. Nessa constru-

ção coletiva, a Revista **AVALIAÇÃO** servirá de cimento entre as partes e de ponte entre os conjuntos.

Hoje, quando lançamos este primeiro número, noventa universidades brasileiras praticam a avaliação institucional conforme a proposta do PAIUB, algumas já na fase externa, e várias outras se preparam para entrar nessa dinâmica. Neste momento, já foram entregues à Sesu e repassados para a análise da comunidade universitária, para efeito de aprovação e julgamento, projetos de avaliação institucional, nos termos propostos pelo PAIUB, de cerca de sessenta IES, para continuidade ou para ingresso no Programa. Por aí já se vê a importância e a urgência desta Revista no processo nacional de avaliação. Ela fará aflorar esse mundo, normalmente calado, de relações, conhecimentos e volições que constituem o universo complexo das instituições educacionais de nível superior. A Revista provocará e amplificará a voz dos agentes universitários, nesse processo de construção, conhecimento e avaliação da educação superior.

A produção teórica é prometedora, se considerarmos algumas publicações que já circulam no Brasil e países da América Latina. Sem qualquer pretensão de exaurir a relação, mencionamos algumas publicações já existentes: todo o vol. 5, núm. 1 e 2, 1994 (efetivamente publicado em 1995) da Revista Educación Superior y Sociedad, Cresalc-Unesco, Caracas, organizado por Hélgio Trindade; o livro Avaliação Institucional da Unicamp: processo, discussão e resultados, Editora da Unicamp, 1994, organizado por J. Dias Sobrinho; o livro Avaliação Institucional - teoria e experiências, Editora Cortez, 1995, organizado por N. C. Balzan e J. Dias Sobrinho; todo o número 16 da Revista Pro-Posições, da FE-Unicamp, além de Anais de Seminário Nacional de Avaliação Universitária, também produzidos por essa instituição, ambos em 1995, o número 2-96 da Revista de Psicologia da PUCSP, um número significativo de dissertações e teses, levando a entender que é forte o apelo desta temática no âmbito da Pós-Graduação, vários artigos esparsos em Revistas e periódicos diversos, Anais de Encontros das Associações de docentes, Conselhos de Reitores, Fóruns de Pró-Reitores, além de trabalhos de circulação restrita. A Revista **AVALIAÇÃO** aglutinará e dinamizará essas iniciativas de produção teórica e relatos da experiência na área. O convite, ou melhor, a convocação está lançada.

Passados nem três anos de sua criação, ainda em fase de crescimento e consolidação, não sem grandes dificuldades de origens internas e externas, os processos de avaliação institucional, inseridos conceitual e metodologicamente no PAIUB, já ostentam conquistas e avanços animadores. Tratamos, a seguir, de algumas características e conquistas do PAIUB:

1) É um programa consistente e ativo, em nível

nacional, que respeita os princípios gerais comuns, mas, também, as especificidades, isto é, exercita a liberdade de constituir-se de acordo com a história, a cultura e as condições objetivas e subjetivas de cada instituição, preservados os princípios e marcos conceituais e metodológicos básicos e gerais.

2) Está consolidando um campo teórico e prático e instigando o debate público sobre questões globais e relevantes das Instituições de Educação Superior. Há já um conjunto de publicações importantes à disposição de estudiosos, como já apontamos, bem como um volume considerável de trabalhos em preparação nos diversos núcleos de avaliação criados em cerca de uma centena de instituições superiores. Um dos efeitos do PAIUB é, portanto, constituir uma rede nacional de intercâmbio e cooperação. Outro é estar construindo pouco a pouco a cultura da avaliação como atividade pedagógica integrada às estruturas permanentes das universidades, enquanto prática e reflexão sobre a prática, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade.

3) O PAIUB apresenta uma característica que serve de marca distintiva e constitutiva, que é atribuir grande valor às relações psicossociais. São elas que dão consistência e garantia ao sentido pedagógico e formativo dos fenômenos sociais e, particularmente, das instituições educativas. O sentido mais rico e profundamente pedagógico da avaliação não está provavelmente no relatório final, produto observável, mas sim está arraigado nos movimentos intersubjetivos, menos ou mais conflituosos ou harmoniosos, que se produzem no cotidiano dos processos (de avaliação ou outros) vividos na comunidade acadêmica. Sabemos quanto é significativo o currículo oculto. A avaliação, com essas características de prática democrática e pública, reforça a realização da universidade como comunidade de comunicação e também de construção da cidadania ativa. Esta Revista é mais um instrumento a contribuir para a ampliação e o aprofundamento do diálogo nessa comunidade de comunicação.

4) Os principais resultados estão, pois, mais na qualidade social dos processos, que são permanentes, e menos nos produtos, que outra coisa não são senão um corte temporal na dinâmica total da educação. Por isso, a importância conferida ao "como" (como funciona a instituição, como trabalham e se relacionam as pessoas, como se articulam as estruturas e dimensões, como aprender), até mesmo mais que ao "quanto" (quanto custa, quanto produziu, quanto dura), embora também seja útil conhecer isso, sobretudo para fins administrativos e de planejamento.

A valorização da qualidade, não só como conhecimento mas sobretudo como construção, leva essa avaliação a enfatizar a orientação qualitativa, não como

dimensão oposta, mas, sim, integrada à orientação quantitativa. O PAIUB pretende não apenas conhecer a realidade objetiva das universidades, através de indicadores mínimos de alcance nacional, mas sobretudo produzir uma cultura permanente de reflexão sistemática e radical sobre todos os aspectos importantes da instituição, organizacionais ou pedagógicos, os meios e os fins, em resumo, sobre toda a instituição em sua riqueza e complexidade. É nesse campo de ação que se move esta Revista.

AVALIAÇÃO vem não só para promover a articulação de todas essas práticas e debates que se realizam nas instituições, como também para instigar a reflexão que leve à publicação e, portanto, à socialização de teorias, experiências, idéias, discussões, instrumentos e tudo o mais que estiver no campo da avaliação institucional e tenha interesse público. É não só um novo canal de comunicação, mas, sobretudo um instrumento de organização, de provocação para a produção de novas idéias e novas práticas. A publicação é um momento de um processo alongado a ligar as etapas prévias de reflexão, debates públicos e trocas sociais que fornecem as condições e o campo de produção, aos novos processos de recepção socializada que se abrem indefinidamente. A Revista já produz efeitos positivos no interior das instituições, ao provocar a reflexão coletiva, antes mesmo das publicações. Pela avaliação institucional, pública por natureza e publicizada pela Revista, as instituições podem aprofundar sua compreensão sobre sua própria realidade e se tornar mais aptas e conscientes para melhor cumprir as prioridades estabelecidas e os seus compromissos sociais.

A Revista **AVALIAÇÃO** é instrumento de organização, articulação e comunicação de uma rede, que estamos chamando de Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento de políticas e instrumentos de solidariedade, de intercâmbios, e de cooperação entre instituições. A Revista é, pois, propriedade e responsabilidade de todos os que, nas diversas instituições superiores, universidades ou não, federais, confessionais, particulares, estaduais ou municipais, estão envolvidos com os processos de avaliação com a firme convicção de que esta responde efetivamente a um imperativo ético de transparência pública e constitui-se um instrumento valioso para a melhoria das instituições e fortalecimento dos sistemas. Avaliação quer provocar e catalisar esses esforços, não só registrá-los e divulgá-los.

Dois números estão previstos para este ano. A partir de 1997, a proposta é editar quatro números por ano, ainda que não necessariamente muito volumosos. O intervalo mais curto entre um número e outro ajudará a manter vivos os debates e mais atualizadas as informações. A cooperação de todos, na produção das matérias

e na implementação de assinaturas, é fundamental. Dessa cooperação depende a significação de utilidade e a longevidade desta Revista.

Este número inaugural oferece ao leitor alguns documentos e artigos básicos para o registro da história e para a compreensão do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: seu programa básico, sua proposta nacional, suas origens, seu breve curso, seu desenvolvimento, a discussão de seus princípios, os debates de fundo sobre questões conceituais e o alcance político da avaliação, exemplos de projetos (parciais) que estão em andamento, relatos de experiências vividas, resultados (parciais) alcançados e informações de interesse geral. Não é pouco. Este número traz, portanto, algumas amostras do muito que vem sendo feito nestes curtos três anos e que está se constituindo num dos mais férteis e promissores programas praticados nos âmbitos da educação superior brasileira.

Como registro histórico, cumpre lembrar que a existência concreta desta Revista, proposta em diversos Seminários nacionais de avaliação institucional e que de algum tempo constava como aspiração das comissões de avaliação, recebeu um empurrão forte e oportuno dos participantes do II Workshop de Avaliação Institucional das Universidades do Nordeste e do Norte, realizado na última semana de abril de 1996, na Universidade Católica de Pernambuco. A Revista **AVALIAÇÃO** reconhece o apoio desses profissionais, bem como de todos aqueles que, de diversas formas, prestam e prestarão sua cooperação, investindo tempo, recursos, esforços e competências para que esta obra coletiva seja plenamente exitosa e duradoura.

A Revista **AVALIAÇÃO** vem recebendo apoio operacional da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com o devido apoio do Reitor, dos Pró-Reitores de Graduação e de Desenvolvimento Universitário, mantém, por enquanto, seu endereço na Unicamp, bem como os serviços de secretaria, especialmente no que se refere ao cadastramento de assinantes. Esse endereço também serve ao atual Editor. É bom lembrar que a situação inicial exige medidas de emergência. Esta Revista, embora provisória e circunstancialmente sediada na Unicamp para efeitos práticos, não pertence a nenhuma instituição isoladamente, e, sim, é patrimônio e responsabilidade de todas que queiram aderir a esse projeto, especialmente os seus assinantes, que esperamos sejam muitos e de todas as IES. Por sua vez, o professor Dilvo Ristoff tomou diversas medidas práticas que tornaram possível a edição deste número, como as negociações com a empresa gráfica, as providências relativas à concepção da capa e arte final, a leitura crítica e a revisão dos textos, além de ter participado ativamente das discussões que produziram os conceitos básicos desta Revista, no que se refere à forma, aos conteúdos e ao seu destino. Por isso, o professor Dilvo Ristoff merece os créditos de editor adjunto deste número.

Eis aí os primeiros movimentos da **AVALIAÇÃO**. Com o carinho, os cuidados e a cooperação efetiva de todos, terá longa e profícua vida!

José Dias Sobrinho

Editor